



FATO ECONÔMICO

1



Confederação Nacional da Indústria

CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA

As escolhas da política fiscal

Gastos com previdência e servidores comprometem investimentos e despesas com saúde e educação

► A QUESTÃO

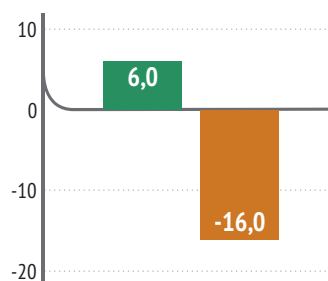
Os resultados fiscais do Brasil, nos últimos anos, tornam imprescindível a contenção de gastos no setor público. Fato reconhecido e executado pelo atual governo. Contudo, a composição do ajuste em curso, sobretudo em 2017, causa preocupação.

Diante da necessidade de ajuste nas contas públicas, a opção pela concessão de reajuste dos salários, aposentadorias e pensões dos funcionários públicos federais e a contínua pressão dos gastos com a previdência (INSS) levam a redução dos investimentos, o que compromete o crescimento econômico, e a menor disponibilidade de recursos para saúde e educação. Nesse cenário, a reforma da previdência e a atenção com o aumento dos gastos com pessoal tornam-se indispensáveis.

Gráfico 1 - Despesas públicas

Varição real

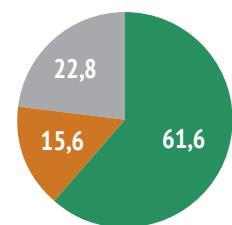
Percentual (%) - jan-maio/17 -- jan-maio/16



■ **Previdência + Pessoal (excluídos os pagamentos de precatórios)**
■ **Outras despesas (obrig. e não obrig.)**

Composição

Percentual (%) - Em 2016



■ **Previdência + Pessoal**
■ **Outras despesas obrigatórias**
■ **Despesas não obrigatórias**

Fonte: CNI com base nos dados da STN / Ministério da Fazenda.

► OS FATOS

1. DESPESAS FEDERAIS TÊM REDUÇÃO NOS CINCO PRIMEIROS MESES DE 2017

A queda real foi de 1,1%, no acumulado de janeiro a maio deste ano frente ao mesmo período de 2016. Isso é um indicativo do comprometimento do Governo com o equilíbrio das contas públicas.

2. EXPANSÃO DOS GASTOS COM PESSOAL

Entre os principais componentes das despesas primárias do Governo Federal, com 21% do total, a conta de gastos com pessoal (funcionários públicos federais) teve aumento real de 7,6% – excluídos os pagamentos de precatórios –, nos cinco primeiros meses de 2017 em relação ao mesmo período de 2016. Esse comportamento é explicado, principalmente, pelos reajustes salariais concedidos aos servidores públicos federais no segundo semestre de 2016.

(continua)

3. GASTOS PREVIDENCIÁRIOS PRESSIONAM AS DESPESAS FEDERAIS

Esses gastos representam 41% do total das despesas federais e cresceram 5,1% – excluídos os pagamentos de precatórios –, em termos reais, no acumulado entre janeiro e maio de 2017 frente ao mesmo período do ano passado. Dada a contínua expansão das despesas com previdência e o envelhecimento populacional, sem uma reforma da previdência, esses gastos comprometerão cada vez mais os recursos disponíveis para outras áreas e dificultarão a saída da crise fiscal. Com isso, torna-se mais difícil o alcance da estabilidade macroeconômica e a elevação do ritmo de crescimento sustentado do país.

4. REGRAS FISCAIS IMPÕEM REDUÇÃO DAS DESPESAS NÃO OBRIGATÓRIAS

Diante do limite de crescimento dos gastos estabelecido pela Emenda Constitucional nº 95 e da necessidade de cumprimento da meta fiscal, o aumento dos gastos com pessoal e previdência leva, inevitavelmente, à redução das despesas não obrigatórias, entre elas, o investimento.

5. QUEDA NOS INVESTIMENTOS DIFICULTA RECUPERAÇÃO

As despesas com investimento – despesas de capital subtraídas dos subsídios com o programa Minha Casa Minha Vida – tiveram uma retração de 46%, na comparação dos cinco primeiros meses de 2017 com os de 2016, já descontados os efeitos da inflação.

Essa queda distancia ainda mais o país da taxa de investimento necessária para alavancar o crescimento. Segundo dados do IBGE, essa taxa – Formação Bruta de Capital Fixo em proporção do Produto Interno Bruto – foi de 15,6% no primeiro trimestre de 2017, enquanto outros países em desenvolvimento, assim como o Brasil, têm apresentado taxas acima de 20%, nos últimos anos.

6. GASTOS NÃO OBRIGATÓRIOS COM SAÚDE E EDUCAÇÃO MOSTRAM QUEDA

Os gastos não obrigatórios dos Ministérios da Educação e da Saúde apresentaram queda real de 22,3% e 2,5%, respectivamente, no acumulado dos primeiros cinco meses de 2017 em relação ao mesmo período de 2016. É importante ressaltar que a queda não compromete o gasto mínimo do limite constitucional, mas pode limitar, na ausência de ganhos de eficiência, a entrega e/ou a qualidade dos serviços prestados à população.

► AS IMPLICAÇÕES

A composição do ajuste fiscal é tão importante quanto a sua intensidade, pois o aumento de algumas despesas gera a necessidade de contenção de outras. Por isso, definir o grau do ajuste em cada categoria de despesa é um dos grandes desafios do Governo frente à necessidade de crescimento econômico e outras demandas da sociedade. Esse cenário se torna ainda mais complexo pelo fato de parte significativa das despesas serem obrigatórias, como a Previdência Social e os gastos com funcionários públicos.

Os dados apresentados, referentes aos cinco primeiros meses de 2017, deixam claro que o aumento dos gastos com pessoal e com previdência levou à redução do volume de recursos destinado a investimentos, saúde e educação. Essa composição está distante da ideal para a retomada do crescimento econômico.

O investimento desempenha papel de protagonismo na definição do potencial de crescimento da economia, além de ser peça importante neste momento de recuperação. Enquanto, saúde e educação despontam, sempre, entre os serviços mais importantes na visão da população. Ou seja, comprometer esses gastos certamente traz prejuízos ao país. Para que isso seja evitado, há que se fazer a reforma da previdência e resistir às constantes pressões por reajuste dos salários dos servidores públicos. Caso contrário, teremos dificuldades para resolver a crise fiscal e ampliar a capacidade de crescimento econômico do país e sofreremos com a redução da oferta e qualidade de serviços públicos essenciais.